

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.2.n.14.70336>

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

## REVISITANDO O HOMEM CORDIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONCEPÇÃO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

REVISITING THE CORDIAL MAN: A CRITICAL ANALYSIS OF SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA'S CONCEPTION

Rodrigo Alves Correia<sup>1</sup>

Diandra da Silva Valencio Netz<sup>2</sup>

Cesar Henrique Marson de Andrade<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica do conceito do *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda, conforme apresentado em sua obra *Raízes do Brasil*. Inicialmente, o texto explora o conceito de *homem cordial*, que se refere à figura de um brasileiro caracterizado pela cordialidade nas relações sociais, mas que, ao mesmo tempo, carrega um traço de submissão, resultante da herança cultural portuguesa. Esse conceito, segundo o autor, estaria na raiz de práticas corruptas na política brasileira, onde eleitores e políticos compartilham uma responsabilidade mútua pela corrupção. Ao associar a corrupção à população mais pobre, predominantemente composta por negros e mestiços, o conceito do *homem cordial* obscurece as dimensões mais amplas do racismo no Brasil, invisibilizando o papel das elites e empresários na manutenção das estruturas de poder e opressão. O racismo *racial* disfarçado, assim, torna-se uma forma de segregação oculta, validada pela própria construção social que marginaliza certos grupos em nome da "cordialidade". O *homem cordial* não apenas desvia a atenção das responsabilidades das elites, mas também perpetua uma visão distorcida da realidade social brasileira, ocultando o racismo estrutural e suas formas disfarçadas. Para a realização deste estudo, adota-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, que permite partir de situações previamente formuladas e testadas por meio de uma análise crítica da literatura existente. A pesquisa bibliográfica é utilizada como principal técnica de investigação, possibilitando uma reflexão embasada e contextualizada sobre as questões levantadas.

**Palavras-chave:** Escravidão; Corrupção; Homem cordial; Racismo multidimensional; Opressão.

### ABSTRACT

This article aims to carry out a critical analysis of the concept of the cordial man by Sérgio Buarque de Holanda, as presented in his work *Raízes do Brasil*. Initially, the text explores the

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Sua experiência é na área de Ciência Política, com ênfase em Comportamento Político. Atualmente, professor da Faculdade Favoo Coop. [alves.correia@gmail.com](mailto:alves.correia@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-7787-545X>.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito/UNIJUI – Mestrado Interinstitucional com a Faculdade Favoo Coop – Vilhena/Rondônia-Brasil. Advogada e professora da Faculdade Favoo Coop. [diandra@sou.unijui.edu.br](mailto:diandra@sou.unijui.edu.br). <https://orcid.org/0009-0005-7545-8950>.

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito/UNIJUI – Mestrado Interinstitucional com a Faculdade Favoo Coop – Vilhena/Rondônia-Brasil. Contador e professor da Faculdade Favoo Coop. [cesar.andrade@sou.unijui.edu.br](mailto:cesar.andrade@sou.unijui.edu.br). <https://orcid.org/0009-0008-2749-561X>.

concept of a cordial man, which refers to the figure of a Brazilian characterized by cordiality in social relations, but who, at the same time, carries a trait of submission, resulting from Portuguese cultural heritage. This concept, according to the author, would be at the root of corrupt practices in Brazilian politics, where voters and politicians share mutual responsibility for corruption. By associating corruption with the poorest population, predominantly made up of black and mixed-race people, the concept of the cordial man obscures the broader dimensions of racism in Brazil, making invisible the role of elites and businesspeople in maintaining structures of power and oppression. Disguised racial racism thus becomes a form of hidden segregation, validated by the social construction itself that marginalizes certain groups in the name of "cordiality". The cordial man not only diverts attention from the responsibilities of the elites but also perpetuates a distorted view of Brazilian social reality, hiding structural racism and its disguised forms. To carry out this study, the hypothetical-deductive approach method was adopted, which allows starting from situations previously formulated and tested through a critical analysis of existing literature. Bibliographical research is used as the main research technique, enabling a grounded and contextualized reflection on the issues raised.

**Keywords:** Slavery; Corruption; Cordial man; Multidimensional racism; Oppression.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil, com seu forte passado escravocrata, carrega até os dias atuais as marcas de um sistema que perpetuou a exploração e a desumanização de milhões de negros. Este legado não se limita ao campo histórico, mas continua a moldar as dinâmicas sociais, políticas e culturais do país, perpetuando práticas racistas que, muitas vezes, se manifestam de maneira velada e sutil. A relevância deste artigo reside justamente em investigar como o racismo, profundamente enraizado na sociedade brasileira, se adapta e se apresenta nas formas mais sutis e disfarçadas, dificultando seu reconhecimento e enfrentamento. Nesse contexto, a análise crítica da concepção de *homem cordial*, da forma proposta por Sérgio Buarque de Holanda, se torna um importante instrumento para aprofundar a discussão sobre o racismo no Brasil.

O presente trabalho tem como objetivo conduzir o leitor a uma reflexão crítica acerca das dinâmicas das relações sociais. Busca-se, assim, promover uma análise mais profunda sobre nossas próprias contribuições para a manutenção dessas práticas, e, a partir da identificação e compreensão desses processos, investigar de que maneira podemos atuar de forma efetiva no combate contra a sua manutenção.

O presente texto está estruturado em três seções, cuja análise crítica visa aprofundar a compreensão sobre o fenômeno do racismo multidimensional, exemplificado na figura do *homem cordial*. Na primeira seção, será explorada a concepção de Sérgio Buarque de Holanda, que descreve o *homem cordial* como uma figura central na formação social brasileira. O autor atribui ao cordialismo um caráter dúplice: de um lado, ele reflete uma relação de calor humano,

mas, por outro, manifesta uma predisposição ao clientelismo e ao favoritismo, que se tornam elementos estruturantes da sociedade brasileira.

Não segunda seção, o texto aborda algumas formas de manifestação do racismo na sociedade contemporânea, destacando as formas sutis e camufladas, que dificultam sua identificação e enfrentamento. O texto explora como o racismo estrutural, enraizado na herança histórica da escravidão, continua a se perpetuar de maneira invisível nas instituições e nas relações sociais, impactando a autoestima e o reconhecimento dos indivíduos oprimidos, enquanto novas formas mais sofisticadas de discriminação, como o racismo multidimensional, emergem e se consolidam.

Já na terceira seção, é apresentada uma reflexão crítica à figura do *homem cordial*, de Sérgio Buarque de Holanda, que se trata de uma visão limitada, que estigmatiza as classes populares, associando-as à informalidade e ao clientelismo, mas omite as práticas similares das elites.

Assim, o estudo visa proporcionar uma reflexão sobre as diversas manifestações do racismo contemporâneo, com ênfase na transição dessa forma de discriminação racial, que outrora se expressava de maneira explícita e ostensiva, para um racismo mais sutil, insidioso e dissimulado. Ao longo das últimas décadas, o racismo no Brasil, longe de se dissipar, migrou para uma configuração mais insidiosa, em que os preconceitos e as desigualdades raciais se disfarçam sob o manto de discursos neutros e práticas aparentemente impessoais.

## 1 O *HOMEM CORDIAL* DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Se perguntarmos ao brasileiro ou à brasileira qual é um dos maiores problemas da política doméstica, uma das respostas mais comuns certamente será o patrimonialismo. Esse conceito, presente nas discussões sobre as falhas estruturais do sistema político do país, refere-se a uma prática enraizada - desde o período colonial - que confunde os interesses públicos com os interesses privados, criando uma dinâmica em que o Estado é tratado como uma extensão do patrimônio pessoal dos governantes. Em outras palavras, o patrimonialismo descreve a estreita relação entre o poder público e o poder privado, onde muitos políticos e gestores públicos utilizam o Estado como uma ferramenta para promover seus próprios interesses e os interesses da elite rentista.

A respeito desse tema, Sérgio Buarque de Holanda (1995), expressa, de forma crítica, que:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar, e ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até oposição (Holanda, 1995).

O juízo de Holanda reprova o ato de se apropriar da estrutura do Estado, e de trata-lo como uma ampliação de interesses familiares ou de grupos privados, como ocorre em sistemas políticos onde o governo é dominado por relações de parentesco ou clientelismo.

Em ato contínuo, Holanda (1995) ressalta que quando as leis que regulam a convivência social e o funcionamento do Estado são subordinadas aos interesses particulares — sejam eles familiares, corporativos ou de grupos específicos —, a equidade e a justiça social ficam comprometidas. A consequência disso, segundo Holanda, é que a sociedade se vê condenada a enfrentar crises constantes, que podem ser mais ou menos graves e prolongadas, uma vez que as relações sociais se tornam desestruturadas e desiguais.

Segundo a interpretação de Holanda, a confusão entre o patrimônio público e o privado pode ser atribuída à própria evolução da família e das instituições sociais. Para o autor, as instituições públicas descenderiam de uma continuidade da organização familiar, sendo que o Estado, enquanto entidade pública, só teria surgido a partir da transgressão dessa ordem doméstica. A formação do Estado, portanto, não seria uma ruptura abrupta, mas uma consequência da transição da autoridade familiar para o domínio público.

A transição dessa intimidade familiar, que antes garantia uma certa continuidade entre o privado e o público, teve contribuição com a modernização do trabalho e com o advento da divisão do trabalho.

Esse processo de divisão do trabalho, típico da modernidade, fez com que as atividades que antes eram realizadas no espaço familiar passassem a ser distribuídas entre diferentes setores da sociedade. O trabalho deixou de ser uma atividade de convívio íntimo, familiar, e passou a ser mediado por relações impessoais, ligadas a interesses econômicos e institucionais mais amplos.

O distanciamento social, introduzido pelas novas formas de relação de trabalho no ambiente comercial, marcado pela divisão do trabalho necessária à profissionalização e à eficiência das relações econômicas parece não ter alcançado, de forma eficaz, o espaço público, o qual, de acordo com Holanda (1995) continua permeado pela lógica das relações privadas, interesses individuais e laços emocionais:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

Não é fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público (Holanda, 1995).

A característica pessoal mencionada, fortemente influenciada pelos laços familiares e de compadrio, contribuiu para a formação de um sistema administrativo onde os interesses estão frequentemente enraizados nesse tipo de relação. Essa dinâmica tende a privilegiar a pessoalidade, o que, por sua vez, pode dificultar a implementação de uma ordem administrativa impessoal e baseada em critérios objetivos.

Nesse contexto, Holanda (1995) ressalta que a contribuição brasileira para a relação entre público e privado, embora não seja exclusividade nossa e que será objeto de análise crítica mais adiante, está fortemente alicerçada na cordialidade. Essa característica cultural deu origem ao conceito do *homem cordial*, que não se refere necessariamente à gentileza ou simpatia, mas à forma como as relações interpessoais influenciam os espaços públicos, mesclando os limites entre o pessoal e o institucional:

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São, antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (Holanda, 1995).

Segundo Holanda (1995), os modos informais, derivados da impessoalidade caracterizada pela figura do *homem cordial*, estão presentes em diversas esferas da vida social. Um exemplo disso é a relação íntima, e até desrespeitosa, com os santos, característica do antigo catolicismo trazido ao Brasil. Esse comportamento é ilustrado pela figura do Menino Jesus, visto como companheiro de brincadeiras das crianças, o que acaba afastando dele a noção de divindade. Outro exemplo apontado por Holanda (1995) refere-se ao modo como fidalgos e plebeus se dirigem às criaturas sagradas e a Deus como se fossem amigos íntimos, reforçando, assim, uma postura informal.

Tais práticas, como as mencionadas anteriormente, contribuiriam para o afastamento de comportamentos protocolares típicos das relações formais e impessoais. Esse fenômeno reflete

um traço cultural enraizado no Brasil, de acordo com Holanda (1995), onde os limites entre o público e o privado, o sagrado e o cotidiano tendem a se misturar. Simbolizando uma inclinação ao convívio social que privilegia a emotividade e os laços pessoais, em detrimento das formalidades rígidas.

Holanda (1995) atribui diversos malefícios aos hábitos do *homem cordial*, destacando seus impactos nas relações políticas, sociais e comerciais do povo brasileiro.

Na vida social religiosa, o autor aponta a demonstração de pouco respeito em situações tradicionalmente marcadas por solenidade, como ao receber a comunhão das mãos do bispo, gesto que deveria simbolizar reverência e devoção, mas que, sob a ótica do *homem cordial*, assume um caráter informal e despojado.

Na esfera comercial, o autor menciona críticas feitas por alguns europeus que visitaram o Brasil e destacaram a dificuldade em estabelecer conexões comerciais com os brasileiros, atribuída à ausência de vínculos íntimos prévios. Nesse contexto, a cultura do *homem cordial* privilegia relações pessoais e afetivas em detrimento de regras impessoais e pragmáticas, dificultando o desenvolvimento de relações comerciais baseadas em contratos e compromissos objetivos.

Dessa forma temos que, o *homem cordial*, figura criada por Sérgio Buarque de Holanda (1995), que representa uma característica enraizada no povo, objeto de análise nesse texto, é uma construção que permite compreender traços profundamente vinculados à identidade brasileira.

Na análise de Holanda (1995), salta aos olhos uma exclusão notável da classe burguesa das críticas direcionadas aos vícios atribuídos à figura do *homem cordial*. O autor restringe os defeitos decorrentes desse traço cultural à população em geral e, de forma correlata, aos políticos que dela emergem. Estabelece-se, assim, uma conexão lógica: sendo os trabalhadores regidos pelas paixões que moldam suas decisões e comportamentos, os políticos por eles eleitos também estariam inevitavelmente imbuídos dos mesmos vícios.

As decisões políticas, nesse contexto, seriam marcadas pela ausência de racionalidade impessoal e pela predominância de emoções e favoritismos, frutos da cordialidade descrita por Holanda. Tal característica não se limita a indivíduos isolados, mas reflete um padrão coletivo, onde as paixões pessoais e os interesses particulares sobrepõem-se aos valores universais e às normas institucionais.

Dessa forma, tanto a população em geral quanto a classe política – orientados por um universo regido pelo "mundo profano", onde prevalecem as emoções e os instintos

desordenados – tornam-se figuras centrais nessa crítica. Eles carecem da formalidade e da impessoalidade que caracterizam práticas políticas e sociais mais equilibradas e justas. Curiosamente, a burguesia é deixada à margem dessa análise crítica, sendo, de certa maneira, poupada por Holanda. Essa omissão sugere que os males associados ao *homem cordial* são vistos como uma expressão do povo, excetuando-se os grupos que detêm o poder econômico, o que suscita reflexões sobre os limites dessa abordagem.

Esse recorte reforça a visão de que o *homem cordial*, enquanto construção social, se manifesta como um traço profundo e exclusivo da cultura brasileira.

Nas próximas seções, será discutido como o racismo estrutural permanece enraizado na sociedade contemporânea, ainda que disfarçado por formas sutis que muitas vezes dificultam sua identificação, tanto pelo opressor quanto, sobretudo, pelo oprimido.

Por fim, será traçada uma relação entre a figura do *homem cordial* e a perpetuação do racismo estrutural, destacando como a face oculta dessa "cordialidade" contribui para a manutenção dessas dinâmicas.

## 2 RACISMO MULTIDIMENCIONAL

A questão central sobre o racismo em nossa sociedade não é mais se ele existe, mas sim como ele se manifesta. Nos dias atuais, o racismo se revela de forma transvestida, assumindo características sutis que dificultam sua identificação e enfrentamento. Esse disfarce o esconde nas estruturas sociais, nas relações interpessoais e até nas narrativas culturais, tornando-o, muitas vezes, invisível tanto para quem oprime quanto para quem é oprimido. Esta seção busca reposicionar essas camadas ocultas, demonstrando como o racismo não desapareceu, mas se transformou, adaptando-se ao contexto contemporâneo e perpetuando-se de maneiras que desafiam a percepção crítica e a ação coletiva.

Num país como o Brasil, onde a escravidão foi praticada por séculos — primeiramente sobre os povos originários e, em seguida, sobre os negros traficados da África —, o racismo estrutural permanece profundamente enraizado em nossa sociedade. Essa herança histórica é perceptível em diversas manifestações contemporâneas e encontra eco no desabafo de Cida Bento (2022), que revela:

Certa vez, quando meu filho Daniel Teixeira tinha dez anos, chegou em casa muito irritado, dizendo que não voltaria à escola, pois não queria participar das aulas de história sobre escravidão. O responsável por aquele comportamento era um colega de sala branco, que, enquanto voltava para casa com Daniel, apontou para alguns garotos negros limpando para-brisas no semáforo em troca de



algumas moedas, e disse de maneira debochada: “Aqueles meninos também são descendentes de escravos! É uma vergonha, né?”.

Ao ouvir esse relato, fiquei em silêncio, matutando. Naquele dia, dormi atormentada. Mesmo depois de uma aula de história em que o tema era escravidão, o menino dizia que era uma vergonha ser descendente de africanos escravizados. Mesmo depois de ouvir sobre as violências e aos abusos incessantes sofridos pelos negros, de ver retratos de navios negreiros abarrotados de seres humanos em condições brutais, o corpo marcado a ferro, de ler que o trabalho que exerciam ao chegar ao Brasil era forçado, o garoto branco disse que ser negro era motivo de vergonha (Bento, 2022).

Embora o depoimento de Cida Bento não abarque todas as formas de manifestação do racismo, ele nos oferece indícios claros de como o racismo está profundamente enraizado em nossa sociedade, funcionando como uma marca indelével que atravessa gerações e perpetua desigualdades.

A experiência vivida pelo filho de Cida Bento ilustra de forma explícita a manifestação do racismo racial, evidenciando como as agressões cometidas pelos garotos brancos estavam diretamente relacionadas à raça dos garotos negros que limpavam o para-brisa.

No entanto, Jessé Souza (2021) nos alerta para as diversas formas pelas quais o racismo se manifesta, um fenômeno que ele denomina de “racismo multidimensional”. Souza (2021) estabelece uma conexão entre racismo e reconhecimento social, argumentando que o preconceito racial não se limita a atos de discriminação explícita, mas também permeia as estruturas sociais, econômicas e simbólicas que regulam o acesso à dignidade, ao respeito e às oportunidades em busca de reconhecimento:

O racismo destrói o núcleo moral do indivíduo, essa criação histórica e contingente do Ocidente, e sua capacidade de obter reconhecimento social, a necessidade mais básica de todo ser humano. Ele consegue isso na medida em que impede o desenvolvimento das formas mínimas de segurança existencial que proporcionam autoestima, autoconfiança e autorrespeito – os quais estão pressupostos em qualquer interação social saudável, seja no ambiente privado e íntimo, seja na vida pública da política e da atividade produtiva em todas as suas dimensões (Souza, 2021).

O autor não apenas estabelece uma conexão entre o racismo e a busca pelo reconhecimento social, mas também aprofunda sua análise ao examinar os impactos do racismo sobre os indivíduos oprimidos. Ele vai além da mera constatação da existência do racismo, enfatizando a importância de compreender como essa dinâmica desigual corrói a subjetividade do oprimido, comprometendo sua autoestima, autoconfiança e capacidade de estabelecer relações sociais saudáveis.



Embora ainda persistam manifestações explícitas de racismo, aquelas em que a discriminação está diretamente ligada ao cor da pele, como exemplificado pelo relato (desabafo) de Cida Bento, esse tipo de racismo tem diminuído nos espaços públicos ao longo do tempo, especialmente desde a abolição da escravidão em 1888. No entanto, como observa Jesse Souza, é fundamental ampliarmos nosso olhar para as formas mais sutis e invisíveis de racismo, que muitas vezes escapam à percepção dos menos atentos.

Nesse sentido, Bento (2022) chama nossa atenção para o conceito de “Racismo Institucional”, uma das diversas formas de ocultação do racismo racial que é profundamente registrado nas relações sociais:

Na atuação das instituições, a visão de mundo, concepções, metodologias de trabalho e os interesses do segmento que ocupa os lugares de decisão e poder se manifestam nas estruturas.

Regras, processos, normas, ferramentas utilizadas no ambiente de trabalho preferem e fortalecem silenciosamente os que consideram “iguais”, atuando sistematicamente na transmissão da herança secular do grupo, no fenômeno que viemos chamando de pactos narcísicos.

De acordo com Bento (2022), o racismo nas instituições, especialmente nos processos de recrutamento e seleção, frequentemente não é identificado de maneira clara, pois não é explicitamente mencionado como critério formal nas políticas de contratação. Em muitas organizações, o sistema meritocrático é utilizado como justificativa para a escolha dos candidatos, mascarando práticas discriminatórias.

O que se observa, embora de forma implícita, é a manifestação da supremacia branca enraizada naqueles considerados “brancos”, o que estabelece uma relação de dominação de um grupo sobre o outro. Essa dinâmica de poder pode ser, em parte, explicada por necessidades humanas fundamentais, como a busca por reconhecimento social e o narcisismo, já discutidos anteriormente. O meio utilizado para satisfazer essas demandas primitivas é, muitas vezes, a prática de humilhar e reduzir o outro, no caso o negro, a uma condição inferior, desprovida da racionalidade humana, como abordado por Holanda. Ao ser desumanizado e convertido a um estado quase animal, justifica-se, de forma distorcida, a opressão imposta a esse grupo.

Vemos que o valor do ser humano, ou melhor, o pouco valor do ser humano, atribuído por uma determinada classe social, está na gênese da manifestação oculta do racismo.

A respeito do valor do ser humano, Adela Cortina (2020) nos ensina que em uma sociedade contratualista, se um determinado grupo social não tem o que oferecer em troca, o mesmo merece ser repudiado, reprimido e maltratado:

infelizmente, na sociedade contratualista e cooperativa de troca se exclui o *radicalmente o estranho*, o que não entra no jogo da troca, porque não parece que posso oferecer qualquer benefício em retorno. Esse é o pobre em cada âmbito da vida social.

Os pobres são aqueles que não tem a possibilidade de dar em troca em um mundo baseado no jogo de dar e receber. Assim, parece que levá-los em consideração implica perder capacidade adaptativa biológica e social, pois são os bem situados que podem ajuda-los a sobreviver e prosperar.

Complementa o estudo de Cortina (2020), a análise apresentada por Jesse Souza (2024) a respeito da conexão entre valor e empatia, quando afirma que "quando não vemos o outro ser humano como igual, então não podemos desenvolver empatia em relação a ele". Essa assertiva de Souza (2024) aprofunda a compreensão da aporofobia, ao evidenciar como a desvalorização do outro, especialmente quando este se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, impede a construção de relações empáticas.

O racismo, ao longo da história, adaptou-se e evoluiu, assumindo formas cada vez mais sofisticadas e difíceis de detectar. Enquanto as manifestações explícitas de preconceito racial se tornaram socialmente menos aceitáveis, um novo tipo de racismo emergiu: o racismo multidimensional.

De acordo com Souza (2021), o reconhecimento social, uma necessidade inata do ser humano, pode ser obtido através de dois caminhos distintos. O primeiro deles é o processo de aprendizado coletivo, que possibilita o crescimento tanto dos indivíduos quanto da sociedade como um todo. Já o racismo multidimensional, outro caminho em busca do reconhecimento social, destrói a noção de autoestima, autoconfiança e autorrespeito do oprimido. Perpetuando a relação de opressão sobre os mais vulneráveis reduzindo a capacidade de contribuição para o bem comum.

Observe-se que todas as manifestações de racismo discutidas, tanto aquelas explicitamente evidentes quanto aquelas disfarçadas, sendo estas últimas particularmente perniciosas, são determinantes na manutenção de um contexto e de uma narrativa que obscurecem a percepção da dominação exercida. Esse processo resulta na internalização da opressão, fazendo com que o indivíduo subjugado aceite passivamente a sua condição de subordinação. Todas essas formas, sejam claras ou veladas, configuram-se como expressões de exclusão social, perpetuando e consolidando as estruturas de dominação e subordinação presentes na sociedade.

Complementando a prática de subjugar os mais vulneráveis, a fim de que os mesmos aceitem a sua condição de seres inferiores e com isso se encontra justificado o racismo sofrido,

George Orwell, em sua obra intitulada 1984, embora se trata de uma ficção de um mundo distópico, possui elementos de semelhança com o mundo real atual:

E se todos os outros tinham aceitado a mentira imposta pelo Partido, se todos os registros contassem a mesma história, então a mentira passava a ser a história e se tornava verdade. O slogan do Partido dizia: “*Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado*”.

Noutro ponto, Orwell (1984) acrescenta acerca da manipulação social:

Saber e não saber; ter consciência da verdade plena enquanto se contam mentiras meticulosamente construídas; manter simultaneamente duas opiniões que se anulam, saber que são contraditórias a acreditar em ambas; usar lógica contra lógica; repudiar a moralidade enquanto se por ela[...] Era a sutileza máxima: induzir conscientemente a inconsciência e depois, mais uma vez, ficar inconsciente do ato de hipnose que você mesmo acaba de realizar.

Nos dois fragmentos, o autor apresenta uma reflexão sobre a manipulação da verdade. O racismo, assim como as táticas de controle descritas na obra de Orwell, pode operar de maneira oculta e sistêmica, criando uma realidade distorcida em que as vítimas são levadas a aceitar sua subordinação como algo natural ou inevitável.

A manipulação das percepções, descrita por Orwell, em que se "aceita a mentira" e se internaliza a subordinação, reflete como o racismo vai além da violência explícita, se infiltrando nas estruturas sociais e na construção de identidades.

A concepção do *homem cordial*, conforme proposta por Sérgio Buarque de Holanda, descreve um traço cultural do Brasil, em que as relações pessoais e afetivas se entrelaçam com a esfera pública, criando uma confusão entre o público e o privado. Essa confusão, na perspectiva de Holanda, é uma das raízes da corrupção, pois as relações de compadrio e favorecimento, muitas vezes impulsionadas por laços pessoais, minam a objetividade e a impessoalidade necessárias para o funcionamento adequado das instituições públicas.

Essa visão é seletiva, e atribui exclusivamente às classes populares as paixões e emoções como motivadores para a escolha de seus governantes. A classe burguesa, ou elite empresarial, muitas vezes é isenta dessa acusação de emocionalidade irracional nas suas escolhas, o que sugere uma visão distorcida e reducionista das dinâmicas sociais e políticas. No fundo, enquanto os eleitores das classes populares são estigmatizados por suas "decisões emocionais", a elite empresarial, frequentemente envolvida em práticas de poder, lucro e influência, é apresentada como racional e calculista, isenta de vínculos pessoais que possam comprometer sua atuação pública.

Essa seleção de culpados é, portanto, um mecanismo ideológico que contribui para a manutenção de uma narrativa de "culpas" e "virtudes" distorcidas, em que a classe dominante é poupada de uma reflexão crítica sobre suas próprias práticas e suas contribuições para a manutenção de uma estrutura de poder desigual e corrupta.

### 3 A FACE OCULTA DA CORDIALIDADE

A busca pelo reconhecimento social, no contexto da luta de classes, revela um mecanismo enraizado na dinâmica de poder entre as elites dominadoras e as classes populares. A elite, para manter sua posição e legitimar sua dominação, procura constantemente deslegitimar as escolhas políticas e sociais das classes populares. Essa estratégia inclui a estigmatização das massas como irracionais, movidas por paixões e emoções primitivas, em oposição à racionalidade e à "sapiência" atribuídas à classe dominante.

Ao associar a falta de racionalidade às classes populares, a elite não só nega a legitimidade de suas escolhas, mas também justifica um tratamento desigual e opressor, considerando que os indivíduos que não são vistos como "racionais" não merecem voz ou respeito. Essa desvalorização da capacidade de decisão das classes populares contribui para perpetuar uma narrativa que as torna passíveis de exploração, marginalização e maus-tratos, pois, segundo essa lógica, sua subordinação é "natural" e sua condição de inferioridade, "merecida".

A concepção do *homem cordial*, proposta por Sérgio Buarque de Holanda, oferece uma análise crítica sobre as práticas culturais brasileiras, especialmente no que tange à corrupção e à depreciação das minorias.

O foco dessa concepção são as classes menos privilegiadas, e ignora as práticas de poder e de corrupção das elites, que também se utilizam de formas igualmente maquiadas e dissimuladas de manipulação e controle, mas que são frequentemente normalizadas ou até justificadas dentro do sistema.

A seletividade presente nessa convicção, conduz ao mascaramento de práticas racistas como alertado por Souza (2021): “o que é produzido ‘culturalmente’ no Brasil é a reprodução, com novas máscaras, do descaso e do prazer escravocrata de humilhar e oprimir”.

Noutro ponto, o mesmo autor destaca que:

[...] as pessoas no Brasil, por exemplo, possuem as mesmas aptidões e fraquezas que os serem humanos em todo o lugar. Não é o modelo de ser humano que é produzido culturalmente de modo específico, como nos

contaram nossos intelectuais colonizados nas balelas do “homem cordial” ou do “jeitinho brasileiro (Souza, 2021).

O *homem cordial*, como delineado por Holanda, é só defeito e negatividade. É possível traçar uma relação entre as paixões e emoções, entendidas como sentimentos profanos, e a alma, considerada um atributo divino e sublime. A distinção entre esses dois polos – o profano e o divino – torna-se um ponto chave para a construção da hierarquia social e moral entre as classes.

Ao se considerar que as paixões e as emoções são atribuídas ao domínio do profano, ou seja, ao mundo terreno e material, e que a alma é um reflexo do divino, a diferença entre as classes sociais passa a ser também uma diferença de natureza.

Nesse contexto, Souza (2021) destaca que:

[...]Buarque, na verdade constrói uma versão culturalista do brasileiro colado ao racismo biológico anterior do “mestiço” e do negro como escórias da história. Afinal, qual a diferença entre o “homem cordial”, como pura negatividade e animalidade, e o “mulato doentio” do racismo explícito[...] (Souza, 2021).

Analisar a concepção do *homem cordial* sob as perspectivas do que é dito e do que é omitido permite uma melhor reflexão e suas implicações.

Do que é dito, dois aspectos chamam a atenção: o primeiro se refere as características atribuídas ao *homem cordial*, a segunda diz respeito a classe social a qual foi vinculado a figura do *homem cordial*.

Como abordado, o *homem cordial* é profundamente marcado pela informalidade e pelas relações pessoais e afetivas. Em vez de agir segundo regras impessoais e objetivas, ele tende a agir com base em vínculos afetivos, muitas vezes priorizando a amizade e a lealdade pessoal.

Por sua vez, esta imagem é, por Holanda (1995), vinculada às classes inferiores, especialmente as classes populares, de forma a estigmatizá-las.

Essa associação possui duplo efeito: primeiro, ela marginaliza as classes populares ao reduzir suas ações como sendo “inferiores” ou “descontrolados”. Segundo, ela serve para reforçar a ideia de que essas classes são, de alguma forma, mais suscetíveis à corrupção, ao clientelismo e à manipulação, tornando-se, assim, passíveis de serem tratadas com paternalismo.

O que não é dito na concepção de *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda é justamente a omissão a crítica à elite, que também compartilha das mesmas práticas de informalidade, clientelismo e relações pessoais que ele restringe às classes populares.

Essa omissão acaba reforçando um tipo de dualidade onde a informalidade, o clientelismo e a cordialidade se tornam quase uma característica exclusiva das classes populares, ignorando a sua presença e o seu papel na manutenção das estruturas de poder das classes dominantes. A visão de *homem cordial* é incompleta e seletiva, pois não analisa como as elites utilizam e se beneficiam dessas mesmas práticas para sustentar sua posição privilegiada na sociedade.

Conforme assevera Friedrich Engels e Karl Marx (2022) “o governo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

A frase de Engels e Marx revela a estrutura essencial de funcionamento do Estado moderno: ele serve para perpetuar as desigualdades e garantir a manutenção do poder das elites. Mesmo que a classe popular exerça sua influência nas eleições e na política, o sistema ainda está estruturado de tal forma que os interesses da classe burguesa prevalecem, seja por meio de leis, políticas públicas ou pela própria manutenção das estruturas econômicas.

A falsa relação entre a "cordialidade" popular e a corrupção política ignora o fato de que o governo, no final das contas, sempre atende aos interesses da elite, independentemente das aparências e das dinâmicas sociais que tentam mascarar essa realidade.

A crítica sobre o comportamento da elite brasileira em relação aos recursos públicos e sua apropriação indevida encontra eco nas palavras de Souza (2021), que destaca o desprezo da classe dominante pelos investimentos que poderiam beneficiar as camadas mais pobres da sociedade. Segundo Souza (2021), “para a elite, qualquer gasto do orçamento público com essa ‘gentalha’ deve ser evitado livremente o orçamento público, pago em sua maior parte, precisamente pelos negros e pobres”.

Podemos também relacionar as características e seletividade do *homem cordial* como uma estratégia de, não apenas de deslegitimar as decisões e escolhas das classes populares, mas também de evitar a tomada de consciência por parte do oprimido como nos esclarece Paulo Freire (1987):

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de Opressão “aceitam” fatalistamente a sua exploração. Mais ainda, provavelmente assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo (Freire, 1987).

Vemos então, que concepção do *homem cordial*, contribui, mesmo que indiretamente para a supressão da capacidade de pensamento independente, pois ao enfatizar a importância

das relações pessoais e informais, o *homem cordial* tende a favorecer a adesão à harmonia social em detrimento da crítica e da reflexão profunda sobre as estruturas de poder.

O racismo, em suas múltiplas formas, se entrelaça a essa concepção ao mascarar as práticas opressivas das elites, especialmente no que diz respeito ao tratamento das populações negras e marginalizadas. Ao associar a informalidade e o clientelismo exclusivamente às classes populares, omite-se a crítica às elites que também recorrem a essas mesmas práticas para sustentar sua posição de poder. No contexto racial, o *homem cordial* esconde um preconceito estrutural, uma visão hierárquica e naturalizada que, como observa Souza (2021), reproduz o racismo, disfarçado de um afeto superficial, onde as populações negras e pobres são estigmatizadas como irracionais e, portanto, “merecedoras” de um tratamento desigual.

Essa visão de cordialidade impede a conscientização dos oprimidos sobre sua própria situação de exploração e opressão, como aponta Paulo Freire (1987), ao sugerir que os oprimidos, sem a compreensão crítica de sua realidade, aceitam passivamente sua subordinação. Em outras palavras, o *homem cordial* serve como um mecanismo de controle que não apenas marginaliza as classes populares e negras, mas também bloqueia sua capacidade de romper com o sistema de poder que os subjuga.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo representa uma modesta tentativa de aprofundar a compreensão sobre as múltiplas manifestações do racismo, com ênfase particular nas suas formas mais sutis e dissimuladas.

O racismo, enquanto uma das várias ferramentas de opressão, tem como um de seus principais objetivos desmoralizar e deslegitimar determinadas camadas sociais, com especial foco nos negros e nas populações empobrecidas.

Em suas diversas manifestações, o racismo tem sido, ao longo de séculos, e continua sendo, no Brasil, o principal instrumento na disputa por reconhecimento social, configurando-se como uma luta constante entre as classes sociais divergentes.

Em nenhuma circunstância, os casos aqui expostos esgotam a pluralidade de contextos e manifestações do racismo em sua vasta complexidade. Contudo, eles se propõem a instigar, de maneira reflexiva, o leitor e a leitora a um exame mais profundo da questão. A figura do *homem cordial*, alvo da presente análise, oferece uma ilustração paradigmática de como somos, frequentemente, induzidos ao engano, em um processo que leva o oprimido a naturalizar sua



subordinação, concebendo-a como algo intrínseco à sua condição ou, em um ato de resignação, como merecedora da sua inferioridade.

Portanto, torna-se imprescindível que todos nós nos submetamos a um contínuo e rigoroso exame de consciência, a fim de reavaliar nossas atitudes e omissões diante dessa questão. É fundamental que sejamos capazes de identificar em nossos comportamentos diários as práticas que, muitas vezes de maneira inconsciente, perpetuam a manutenção de um contexto social com raízes históricas profundas, mas que ainda reverberam em ações prejudiciais em nosso cotidiano.

Outra reflexão que o texto propicia, além da autoavaliação, diz respeito à questão de quem, de fato, se beneficia da desinformação e da perpetuação do racismo. Ao analisar criticamente esse fenômeno, é possível perceber que determinadas classes sociais, em particular as que se encontram no topo da pirâmide, historicamente privilegiadas, continuam a extrair vantagens da manutenção das desigualdades raciais, seja por meio da preservação de estruturas de poder, seja através da perpetuação de narrativas que naturalizam a subordinação dos negros.

Por fim, é imprescindível sublinhar que a perpetuação de práticas racistas disfarçadas de normas sociais e culturais não apenas perpetua a desigualdade estrutural, mas também restringe de forma significativa as capacidades e liberdades substantivas dos indivíduos. Ao privar as pessoas de um convívio social verdadeiramente inclusivo e respeitoso, essas práticas distorcem as condições de sua liberdade de escolha política, corroendo, assim, o exercício da liberdade política fundamental. Além disso, ao infringirem direitos basilares, essas atitudes comprometem a liberdade de segurança e as garantias essenciais que devem ser asseguradas a todos, resultando em um ambiente social menos equitativo e mais suscetível a injustiças.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Montecristo Editora, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jesse. **O pobre de direita [recursos eletrônicos]: a vingança dos bastardos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Jesse. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: Estação Brasil, 2021.

Recebido – 12/02/2025

Aprovado – 15/08/2025